

Ana Maria Reinaux Curi

**“TERCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS DIAS
ATUAIS: IMPRESSÕES E TENDÊNCIAS”.**

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
2002



Ana Maria Reinaux Curi

**“TERCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO FÍSICA NOS DIAS
ATUAIS: IMPRESSÕES E TENDÊNCIAS”.**

Monografia apresentada como
requisito parcial para a obtenção do
título de licenciada em Educação
Física, sob a orientação do
Professor Dr. Paulo César
Montagner.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
2002

Dedico esta monografia a minha grande família, Welton e Sílvia, Fernanda, Renata e Thais, Marina e Matheus. E também ao Rodrigo que sempre esteve ao meu lado.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço em primeiro lugar a Deus que sempre esteve comigo todos os dias me ajudando e me dando forças.

Agradeço ao “Cesinha”, o meu orientador, sempre disposto a me ajudar mesmo ocupado com seus afazeres de maior importância.

À Nana, por se interessar pela minha monografia e fazer parte da banca.

À Luciana, minha amiga de faculdade, sempre presente em todos os momentos.

À Ana Paula, que me deu forças e me incentivou.

A minha família, pelo carinho e apoio. Especialmente à Fernanda, que me deu forças para a finalização deste trabalho.

À professora Andréia, que me acolheu em suas aulas de educação física, permitindo que eu aprendesse com ela.

Resumo

Este trabalho foi realizado com base no que vem acontecendo com as aulas de Educação Física dentro das escolas. Temos percebido nesses últimos anos que muitas escolas têm deixado de desenvolver suas aulas de Educação Física dentro de seu próprio espaço e têm oferecido a seus alunos, clubes ou academias para que os mesmos possam praticar algum tipo de exercício e assim cumprirem a carga horária necessária para a disciplina em questão. Procuo me colocar no lugar dos alunos que não estão tendo oportunidade de vivenciar aulas tão importantes para a formação de um indivíduo, como são as aulas de Educação Física. Por que será que as escolas estão buscando esses convênios para que seus alunos freqüentem ao invés, de proporcionarem a eles aulas de Educação Física dentro da própria escola? Será que os alunos aprovam esse “novo tipo de aula”, ou será que se pudessem optar, escolheriam outra forma? Como surgiu essa nova fase da Educação Física? Será mais um produto da Globalização? E como ficam os conteúdos que poderiam estar sendo desenvolvidos nas aulas como, por exemplo, a dança, os esportes, as lutas e tantos outros? Este trabalho é composto por uma revisão bibliográfica de assuntos relacionados ao tema em questão, como por exemplo, a história da Educação Física e a LDB (Lei de Diretrizes e Bases). Existe também uma parte deste trabalho que foi destinada a observações realizadas em um ambiente de academia onde os alunos fazem as suas aulas de Educação Física. O objetivo desta monografia foi buscar entender um pouco mais o que vem acontecendo com a Educação Física escolar e quais são as suas tendências para o futuro.

Sumário

Introdução:	8
Capítulo 1:.....	11
1.1) A Educação Física e sua História	11
Capítulo 2:	15
2.1) O caminho da LDB	15
2.2) A LDB e a Educação Física.....	17
Capítulo 3:	22
3.1) A Educação Física e o Ensino Médio.....	22
3.2) A Educação Física e um estudo de casos.....	26
Considerações Finais:	29
Referências Bibliográficas:	30

Introdução

“O papel da Educação Física na escola e a forma como seus profissionais incorporam o caráter especial da área e sua diferenciação em relação às outras disciplinas são significativos para compreendermos sua prática escolar, bem como a lógica das representações que a justificam” (Daolio, 1995).

Como aluna de Educação Física e uma futura profissional, busco entender o que vem acontecendo com a Educação Física nesses tempos atuais.

Tenho percebido nesses últimos anos que muitas escolas têm deixado de desenvolver suas aulas de Educação Física dentro de seu próprio espaço, e têm oferecido a seus alunos clubes ou academias para que os mesmos possam praticar algum tipo de exercício e assim cumprirem a carga horária necessária para a disciplina em questão. Procuro me colocar no lugar dos alunos que não estão tendo oportunidade de vivenciar aulas tão importantes para a formação de um indivíduo como são as aulas de Educação Física.

Isso me levou a questionar qual seria o motivo que estaria levando escolas a estarem tomando essas atitudes.

Ao meu entender, outras pessoas devem concordar, parece-me ser uma crise na qual a “nossa” Educação Física está passando. Para que possamos compreender o momento atual dessa área, foi necessário fazer uma retrospectiva histórica da Educação Física, analisando as principais influências que a marcaram, bem como os novos rumos que se estão delineando para essa disciplina, inserida num mundo globalizado.

Esse trabalho será dividido em três capítulos, no primeiro deles foi lembrada para o leitor e apresentada para aqueles que ainda não conhecem, um pouco da história da Educação Física. Acredito que esse capítulo seja de extrema importância para que possamos estar situando a Educação Física nos dias de hoje.

No segundo capítulo desta monografia, foi relatado um pouco sobre a LDB – Leis de Diretrizes e Bases (Lei Nº 9.394/96), que é a lei que rege a Educação no Brasil. Com esse

capítulo o que procurei fazer foi saber se na lei existe algo que libere ou até mesmo que proíba as aulas de Educação Física serem feitas em outros locais, sem ser no âmbito escolar.

O terceiro capítulo, e nem por isso o menos importante foi dividido em duas partes. Na primeira parte deste capítulo estarei retomando assuntos relacionados com a Educação Física escolar e o Ensino Médio. Estarei tratando também sobre um assunto que a cada dia mais percebemos estar fazendo parte da educação, que é a questão da influência do mercado. E por fim no último item estarei tecendo algumas reflexões sobre a terceirização que vem acontecendo ultimamente com as aulas de Educação Física. Para compor este estudo foram realizadas visitas em cinco escolas, sendo que dessas três possuem convênios com academias e duas delas não.

Por fim, com o quarto capítulo finalizei o meu trabalho, colocando nele as minhas impressões e os meus questionamentos a respeito desse tema. Procurei levar o leitor a pensar no que vêm acontecendo com a Educação Física, quais são os motivos e aonde vamos chegar com toda essa mudança no quadro das aulas. Será que os pais se importam com essa situação? Será que concordam, ou será que não apóiam? Serão com questões desse tipo que tentarei levar o leitor a uma reflexão mais profunda sobre a Terceirização da Educação Física nos dias atuais.

Espero que esse possa ser um trabalho que leve as pessoas a refletirem sobre a Educação Física nos dias atuais.

“Não podemos nos deixar apanhar pelas armadilhas do nhenhém neoliberal que grassa à nossa volta. Não podemos ter vergonha de continuar acreditando na imperiosa necessidade de teorizarmos a nossa prática, de a refletirmos exaustivamente em nosso cotidiano, em buscarmos reconstruir nossa confiança e esperança de que somos capazes de intervir nesta realidade em que nos inserimos, de maneira a construirmos, dia a dia, os pilares de uma Educação Física comprometida com um quadro de cultura corporal qualitativamente novo, construtivo da cultura do homem e da mulher brasileiros e comprometido

com a estruturação de uma sociedade socialista”
(CASTELLANI FILHO, 1998).

Capítulo 1

1.1) A Educação Física e sua História:

A Educação Física foi introduzida legalmente no século XIX, vinculada às instituições militares e à classe média. Na época muitos médicos buscavam mudar os hábitos de saúde e de higiene da população *“através da constituição de um físico saudável e organicamente equilibrado, menos afeto às doenças”*(Betti, 1991). Assim, no Brasil, *“a Educação Física Higienista é uma concepção que se insere no período de 1889(final do Império) até o final da Primeira é o final da Primeira republica (1930)”* (Guiraldelli Jr., 1991).

“(…) a Educação Física no Brasil desde o século XIX, foi entendida como um elemento de extrema importância para o forjar daquele indivíduo”forte”, “saudável”, indispensável à implementação do processo de desenvolvimento do país, saindo de sua condição de colônia portuguesa, no início da segunda década daquele século, buscava construir seu próprio modo de vida.” (CASTELLANI FILHO, 1988)

A reforma Couto Ferraz, de 1851 tornou-a obrigatória nas escolas do município da Corte. Podemos dizer que foi a partir desse fato que se iniciou a história da Educação Física Escolar. De modo geral, houve descontentamento dos pais ao verem seus filhos envolvidos em atividades de caráter físico, sendo que alguns chegaram a proibir a participação das meninas nas aulas. Na prática, contudo, a efetiva implantação da Educação Física ficou restrita, até os primeiros anos da década de 1930, às escolas do Rio de Janeiro e às escolas

militares. A legislação, ao tratar de Educação Física, mais ou menos entre 1850 e 1920, tratava basicamente da obrigatoriedade, de sua implementação no contexto escolar nacional.

A partir do século XX, uma prática governamental mais ampla destinada a Educação Física foi sendo crescentemente implantada. A idéia de que a melhoria e aperfeiçoamento da raça brasileira poderiam ser alcançados através de práticas sistemáticas e orientadas a atividade física foi um dos princípios fundadores da Educação Física no Brasil.

“Assim surgiu a Educação Física voltada para a família, dirigida, sobretudo à criança com objetivos de estimular o gosto pela saúde, com o objetivo de assegurar a saúde e o vigor dos corpos e aumentar a reprodução e longevidade dos indivíduos, incrementar a população do país e melhorar os costumes privados e a moral pública, servindo também para incentivar o racismo e os preconceitos sociais a eles ligados” (CASTELLANI FILHO, 1991)

O adestramento físico e a disciplina do corpo faziam parte de uma política higienista que procurava alterar o corpo produzido por quase três séculos de colonização, na busca de um corpo organicamente oposto ao corpo relapso, flácido e doentio do indivíduo colonial. Nessa linha, a Educação Física refletia o projeto burguês que se consolidou em fins do século XIX.

No início do século XX, a Educação Física (ginástica) foi incluída nos currículos dos Estados da Bahia, Ceará, Guanabara (Distrito Federal), Minas Gerais, Pernambuco e São Paulo. Nessa mesma época, a escola escolanovista afirmava a importância da atividade física no desenvolvimento integral do homem, influenciando a educação brasileira e possibilitando a presença dos profissionais da educação na III Conferência Nacional de Educação, em 1929, discutindo os métodos, as práticas os problemas relativos ao Ensino da Educação Física (Betti, 1991). Os médicos dessa época viram a ginástica (Educação Física) uma aliada que poderia ajudá-los recuperar a saúde física mental e corporal das pessoas. Com a mudança para uma economia agora capitalista no início do século XX, a ginástica tornou-se primordial para preparar a população para o trabalho (nas indústrias), tornando o corpo mais produtivo.

No entanto, apenas na Constituição de 1937 se faz a primeira referência explícita a Educação Física, incluindo-a no currículo como prática educativa obrigatória, junto com o ensino cívico e os trabalhos manuais em todas as escolas brasileiras.

Quando o nazifascismo foi derrotado em 1945, a Educação Física Militarista foi obrigada a se reciclar, despojando-se dos argumentos mais comprometidos com o espírito belicoso (GUIRALDELLI JR.,1991).

O exército tornou-se a principal instituição a comandar um movimento em prol do ideal da Educação Física, que mesclava aos objetivos patrióticos e de preparação pré-militar. (BETTI, 1991).

A obrigatoriedade da Educação Física para o ensino primário e médio se deu com a promulgação da lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB, 1961). A partir dessa lei, o esporte passou a ocupar, cada vez mais espaço nas aulas de Educação Física. O processo de inserção do esporte na Educação física escolar principiou com a introdução do Método Desportivo Generalizado, que significou uma contraposição aos antigos métodos de ginástica tradicional e uma tentativa de incorporar esporte, adequando-o a objetivos e práticas pedagógica (BETTI, 1991).

Em 1968, a Educação Física teve seu caráter instrumental reforçado, sendo considerada como atividade prática, voltada para o desempenho técnico e físico do aluno.

Mas, a partir da década de 1970 a Educação Física perde sua especificidade e segundo SOARES (1996): *“o discurso e a prática da Psicomotricidade pretendeu então substituir o conteúdo até então predominante, de natureza esportiva”*.

Na década de 1970, a Educação Física ganhou, mais uma vez, funções importantes para a manutenção da ordem e do progresso. O governo militar investiu na Educação Física em função de diretrizes pautadas no nacionalismo, na integração nacional (entre estados) e na segurança nacional, visando tanto à formação de um exército forte e saudável, quanto à desmobilização das forças políticas oposicionistas. As atividades esportivas foram consideradas como fatores que poderiam colaborar na força de trabalho para o milagre econômico brasileiro. A campanha da seleção brasileira demonstra esse fato(BETTI,1991).

Na década de 1980, iniciou-se uma profunda crise de identidade nos pressupostos e no próprio discurso da Educação Física, quando a disciplina passou a ser enfocada sob o prisma do desenvolvimento psicomotor do aluno, tirando da escola a função de promover os esportes de alto rendimento.

Ao começar a conquistar espaços, nos anos de 1980, a sociedade brasileira começou também, a elaborar estratégias para superar a crise no momento político. Nesse contexto, o

pensamento crítico da Educação Física parece emergir, indicando um aprofundamento na discussão dos valores que informam a prática das atividades corporais.

Como afirmam SOUSA e VAGO (1997), a década de 1980 foi uma etapa de questionamentos das influências médicas e militares na Educação Física, fazendo-a portadoras de idéias e práticas de higienização e disciplinarização dos corpos, com isso levantando reflexões quanto ao questionamento da própria existência da Educação Física como componente curricular.

Já na década de 1990, os professores de Educação Física sentindo-se pressionados pela história, perceberam que:

“(...) era fundamental ultrapassar a fase dos questionamentos, buscando a formulação de outras possibilidades de participação da Educação Física na cultura escolar. Assim, muitas propostas de Educação Física vêm sendo construídas, seja por secretarias municipais e estaduais de educação, seja por estudiosos isolados ou reuniões em grupos” (SOUSA e VAGO, 1997).

Diante de todos esses fatos podemos dizer que estamos vivendo uma época de grandes mudanças na Educação, principalmente com a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

Capítulo 2

2.1) O caminho da LDB:

Pensar a LDB é também refletir sobre as contradições da lei e sobre os espaços de atuação na escola e fora dela, no sentido de fazer da lei uma arma, um instrumento para lutarmos pela escola que queremos que exista em nosso país, pois afinal será o nosso futuro instrumento de trabalho. Embora a LDB tenha como uma de suas estratégias conformar as práticas escolares que determinam idéias, concordo com Sousa e Vago (1997), quando dizem * que: *“a escola não é apenas aquilo que a lei lhe impõe. Ela é muito mais o produto das práticas diárias de seus professores, alunos, funcionários e pais e das relações que estabelece com o todo social”*.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, mencionada pela primeira vez na história da educação do País, pela Constituição de 1934, tem por objetivo possibilitar aos sistemas de ensino a aplicação dos princípios educacionais constantes da Constituição Federal.

A LDB é, portanto, uma lei que rege os Sistemas de Ensino e sempre que uma nova Constituição é promulgada e redefine as bases da educação nacional, faz-se necessário à elaboração de uma nova LDB.

Com a promulgação da Constituição de 1988, tornaram-se sem função as leis de diretrizes e bases anteriores (1961; 1968; 1971), pois as demandas de formação e escolaridade da população já estavam diferentes. A partir desse fato, no mesmo ano de 1988, houve um amplo e longo processo de debate em torno das prioridades educacionais a constarem em Lei, que acabou resultando na LDB, Lei 9394/96, promulgada pelo então presidente da República em dezembro de 1996.

Podemos perceber como a Lei veio tendo um processo complexo e longo até que chegasse a atual LDB. A Educação Física veio sendo tratada das mais diversas maneiras, mas estaremos falando sobre esse tópico mais adiante.

A LDB de 1996, ainda que tenha causado muita polêmica, pela primeira vez na história da educação do Brasil, é uma lei de fundo democrático, revelando as contradições e interesses de diversas partes da sociedade.

Baseada no princípio do direito universal à educação para todos, a LDB de 1996 trouxe avanços com relação à lei anterior, como por exemplo:

- Assunção do conceito de educação básica que integra educação infantil, educação fundamental e ensino médio, propiciando a organização de um sistema de educação nacional abrangente e universalizado, isto é, capaz de garantir a plena escolaridade para toda a população do país;
- Aumento do número mínimo de dias letivos, implicando maior tempo de permanência na escola, fato que permite a melhoria do atendimento pedagógico de qualidade;
- Flexibilização da forma de organização do tempo, reclassificação dos alunos, definição do calendário, critérios de promoção e ordenação curricular;
- Inclusão da educação infantil, em creches e pré-escolas, como primeira etapa da educação básica, consequência do direito da criança pequena à educação e não apenas direito da mulher trabalhadora;
- Valorização do Ensino profissional e técnico, enfatizando a necessidade de uma maior articulação entre estudos teóricos e práticos;
- Revalorização da formação do Magistério.

Falando um pouco mais sobre o que a LDB aborda, podemos dizer que a Aprendizagem e qualidade são duas das dimensões de maior destaque na LDB.

Muito do que está escrito na LDB, o que é legal, nem sempre é o que vem acontecendo, o real. Veremos agora a diferença que existe entre o real e o legal. Na LDB, nós temos informado que o ensino fundamental vai até os 14 anos, que no caso seria até a 8ª série. Mas pesquisas já comprovaram que existem algumas variações nesses dados. Existem alunos com idade de oito anos que ainda estão freqüentando a 1ª série. De acordo com alguns dados que vimos, 1ª série existem alunos de até 9.8 anos e na 8ª série existem alunos de até 17.5 anos.

Em média 70% dos alunos não estão com a idade adequada, conforme o sistema educacional brasileiro. Uma das razões desse índice ser tão elevado, é que quase metade dos alunos que entra na 1ª série é reprovada. Um outro grande problema que também ocorre é o número de vagas. Às vezes o aluno até está na idade adequada para a sua série, mas infelizmente não existe vaga para ele, conseqüentemente ele acaba se atrasando.

Podemos dizer que esses dados também se repetem no Ensino Médio. Outro dado interessante é que de cada 100 alunos que entram na 1ª série, apenas 5.9 conseguem entrar em uma faculdade. Porque isso vem acontecendo com o nosso sistema educacional? Será que os ministros e as pessoas responsáveis pela educação do nosso país não conseguem enxergar o que está acontecendo debaixo de seus olhos?

Dessa forma, a Educação Física se encontra hoje, com a nova LDB, inserida na área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, concebendo-se linguagem como a capacidade humana de articular significados coletivos e compartilhá-los em sistemas arbitrários de representação que variam de acordo com as necessidades e experiências da vida em sociedade.

2.2) A LDB e a Educação Física:

Com certeza, não era essa lei que todos nós queríamos para a educação brasileira, porque todos sabemos que ela quer impor determinadas formas de ver o mundo, os seres humanos, a cultura, a escola, com as quais não concordamos. Mas, muito mais que a lei, importa o que vamos fazer dela em nossa prática diária.

“Então o desafio que se propõe é o do conflito, do confronto, da produção de idéias e de práticas escolares nas quais acreditamos. Por isso, temos, muito que fazer nas escolas e no ensino Educação Física”(SOUSA e VAGO, 1997).

O texto final da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 gerou mudanças significativas no campo da Educação Física. Nessa ultima versão da Lei foi destinado ao professor e à escola um certo poder de autonomia, mas será que os mesmos estão sabendo usá-la?

De acordo com o artigo 26, parágrafo 3º da LDB, diz que:

“A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos”.

A LDB destina a Educação Física um caráter de componente curricular obrigatório, que é parte integrante do projeto pedagógico da escola. Mesmo o texto original não utilizando o termo “obrigatório”, podemos entender a sua obrigatoriedade uma vez que ela é facultativa para os cursos noturnos, ela afirma também que ela deve ajustar-se às faixas etárias, às condições da população escolar e que deve ser integrada à proposta pedagógica da escola.

Nesse ponto já podemos parar para pensar em uma situação que sabemos que não acontece muito nas escolas, que é a participação do professor de Educação Física nas reuniões pedagógicas da escola.

Dependerá, portanto, do próprio projeto pedagógico da escola escolher entre oferecer uma Educação Física com caráter de atividade, como temos visto que está acontecendo em várias escolas, ou como um caráter de disciplina.

Ainda dentro desse mesmo inciso podemos notar que a Educação Física é facultativa para os cursos noturnos, e como este relato no Parecer nº05/97 da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, diz que:

“Certamente, à escola caberá decidir se deseja oferecer educação física em cursos que funcionem em horário noturno. E, ainda que o faça, ao aluno será facultado optar por não freqüentar tais atividades, se esta for a sua vontade”.

Podemos perceber então que caberá à escola a decisão sobre o oferecimento ou não das aulas, e mais ainda, o aluno poderá optar por freqüentar as aulas ou não. Fico pensando em como a Educação Física é desprezada para os cursos noturnos.

Em primeiro lugar ela é facultativa para a escola, ou seja, podemos pensar que se a escola decidir que haverá aulas de Educação Física então os alunos terão que fazer as aulas, mas de acordo com a lei não é assim que funciona, pois mesmo se a escola optar por ter as aulas, o aluno pode optar por não fazê-las, ou seja, a porcentagem de se ter aulas nos cursos noturnos é muito pequena, como se as aulas de Educação Física fossem somente importantes para aqueles alunos que cursam no período diurno.

Sem a obrigatoriedade que a antiga lei determinava, e tendo em vista a redução de custos que a sua ausência possibilita para as escolas particulares (com professores, material e espaço, dentre outros), a inserção curricular facultativa da Educação Física para o curso noturno é um sinônimo de exclusão.

O mesmo tende a ocorrer nas escolas públicas, onde a precariedade com que esse ensino vinha sendo ministrado pode agora ser usada como justificativa para não incluí-la nos programas de ensino. A lei permite a prática do nivelamento por baixo: em vez de tentar melhorar o que ainda não está bom, exclui um componente curricular.

“A não-obrigatoriedade da inserção da Educação Física nos cursos noturnos fere abertamente vários princípios da Constituição. Por exemplo, o art.3º, IV,

estabelece que o País tem como objetivo” promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. E, ainda, está no art.5º que “todos são iguais perante a lei”(SOUSA e VAGO, 1997).

Pelo que me consta o mesmo deveria valer para a Educação Física. Podemos dizer que facultar o ensino da Educação Física nos cursos noturno é uma forma de discriminação, já que esses alunos acabam deixando de ter a oportunidade de vivenciarem um componente curricular garantido para os alunos da Educação Básica.

De acordo com Sousa e Vago, (1997) *“Uma discriminação que se registrará nos corpos dos trabalhadores, que são também alunos, se forem impedidos de usufruir das práticas corporais que a Educação Física lhes poderia possibilitar.”*

Diante disso, entendo que é importante que os cursos noturnos incluam em seu projeto pedagógico o ensino da Educação Física, mas para isso é fundamental que os professores apresentem argumentos sobre a contribuição do ensino da Educação Física na formação humana que a escola realiza, ao mesmo tempo em que desenvolvem práticas que busquem alternativas para reverter essa possível exclusão.

Outra questão que podemos abordar também refere-se às aulas de Educação Física no ensino superior. Não há nenhuma referência na nova lei sobre esta parcela dentro da Educação. De fato, nesse nível escolar ela passa a sofrer um processo de exclusão sumária dos currículos escolares.

A nova LDB, ao facultar o ensino da Educação Física aos cursos noturnos e à educação superior e, ainda ao manter sua exclusão da educação de jovens e adultos, praticamente o restringiu aos alunos menores de 18 anos.

Para concluir essa reflexão entre a LDB e a Educação Física podemos dizer que o de cada professor deve ser o de:

“Construir um ensino de uma Educação Física que possa participar da produção da cultura escolar como um tempo e um espaço de conhecer, de provar, de criar e recriar as práticas corporais produzidas pelos

seres humanos, ao longo de sua história cultural, como os jogos, os brinquedos, as brincadeiras, os esportes, as danças, as formas de ginástica, as lutas. Fazendo isso, o ensino da Educação Física se configura como um lugar de produzir cultura, sendo os professores e os alunos os sujeitos dessa produção”(SOUSA e VAGO, 1997).

A presença dos professores de Educação Física pode ser decisiva para que na elaboração da proposta pedagógica da escola nenhum aluno seja privado das aulas Educação Física, mas para isso é necessário que os mesmo tenham conhecimento e muita vontade de lutar por um melhor reconhecimento da nossa Educação Física. Por isso cabe a cada professor lutar por uma Educação Física cada vez mais justa.

Capítulo 3

Na medida em que a atual LDB não se refere ao tempo pedagógico e nem ao local necessário para a Educação Física, ficamos expostos a alguns riscos. Um deles seria o fato das escolas poderem estar optando por oferecer a seus alunos uma carga horária mínima para a disciplina como, por exemplo, apenas uma aula por semana. Outra questão que poderia nos afetar é o fato das escolas optarem por estar terceirizando as suas aulas de Educação Física, principalmente as escolas de Ensino Médio, partindo da premissa que:

“Em tese estariam respaldando-se aqueles que assim procedem, na assertiva presente no documento sobre a Reforma do Ensino Médio que propugna a possibilidade de que o desenvolvimento da parte diversificada pode ocorrer no próprio estabelecimento de ensino ou em outro estabelecimento conveniado. Ora, a Educação Física é componente curricular integrante da Parte Nacional Comum, portanto não sujeita a essa possibilidade” (CASTELLANI FILHO, 1999).

Com isso cabe a nós pensarmos até que ponto a prática de destinar às academias de ginástica as aulas de Educação Física estaria contrariando o projeto pedagógico da escola.

3.1) A Educação Física e o Ensino Médio

Para começar esse capítulo, vou explicar primeiramente o porquê do foco do estudo ser o ensino médio. Na verdade, não se tratou muito de uma escolha, mas sim pelo fato de que

podemos perceber que a maior incidência de casos de terceirização das aulas de Educação Física ocorre no Ensino Médio, então por esse fato é que faremos uma análise deste grupo.

Sabemos que existem escolas que preferem enfatizar somente a aptidão física nas aulas, e também sabemos de outras escolas que têm como único conteúdo das aulas de Educação Física o esporte. Mas o que todos sabemos é que o ideal mesmo seria que a Educação Física fosse vista como uma disciplina como outra qualquer, que tem diversos conteúdos e objetivos. Dentro dos conteúdos estaria o esporte e também a aptidão física, mas não somente eles. A Educação Física é uma disciplina com enormes possibilidades de conteúdos como, por exemplo, a ginástica, a dança, os jogos, o teatro, as lutas e muitos outros. Mas acredito que acima de termos vários conteúdos diversificados, temos inúmeras maneiras de passar os mesmos para os alunos.

Conforme SOARES (1990), a Educação Física pode ser:

“(...) o caminho para a superação da unilateralidade do trabalho intelectual, a possibilidade de desenvolver a sensibilidade humana.(...) Jogar, dançar, vivenciar os diferentes desportos, vivenciar praticas corporais de diferentes culturas, se entendidas em profundidade, ou seja, como fenômenos culturais, estarão contribuindo, em conjunto com os demais componentes curriculares para a formação de um homem capaz de se apropriar do mundo...”

Apesar de sabermos da grande importância da Educação Física na escola, ela não recebe a mesma importância de outras disciplinas. Para que a Educação Física possa ser compreendida como uma disciplina importante e inserida dentro do contexto do currículo escolar, é necessário reconhecê-la como um componente curricular que possibilite aos alunos finalizar “(...) o ensino fundamental e médio com competência para aprender as possibilidades e os limites da expressão corporal como linguagem no tempo histórico” (ESCOBAR, SOARES, TAFFAREL, 1992).

A forma como a Educação Física tem sido vista dentro das escolas, leva-nos a compreender, mas não aceitar alguns tratamentos que ela vem recebendo. Podemos citar dois exemplos, um deles seria o fato de que as escolas da rede particular de ensino, muitas vezes têm preferido oferecer para seus alunos uma Educação Física totalmente desvinculada do âmbito escolar, do objetivo pedagógico e até mesmo da presença do professor, oferecendo as aulas fora da escola, em academias ou clubes. Com certeza essa Terceirização compromete o seu caráter educativo, tornando-a assim uma simples prática de exercícios físicos. Com relação a esse tema estaremos tratando mais profundamente no próximo tópico deste mesmo capítulo.

Um outro exemplo que podemos citar e que é um total desrespeito ao profissional de Educação Física é a forma como vem sendo tratada a dispensa nas aulas. A evasão dos alunos durante as aulas levou GALVÃO (1993) a buscar conhecer as possíveis causas para esse acontecimento, entrevistando os próprios alunos dispensados. A conclusão de seu trabalho mostra que a maioria dos alunos dispensada tinha como visão uma Educação Física apenas como espaço para a aptidão física, e ainda achavam que a disciplina transmitia pouco ou até mesmo nenhum conhecimento. Uma grande crítica que também foi feita pelos alunos é a de que os mais habilidosos são privilegiados nas aulas, além da falta de motivação, das aulas cansativas, repetitivas, rigorosas e sem graça.

Outro ponto que chamou a atenção da autora foi o fato de que grande parte dos alunos praticava algum tipo de atividade física regular fora do ambiente escolar, mostrando que o problema não estava na prática de atividades corporais, mas sim na forma de como elas estavam sendo trabalhadas na escola.

De acordo com outro autor CONEGLIAN (1993), que também estudou a evasão de alunos no ensino médio, foram constatadas as seguintes causas:

- As dificuldades sócio-econômicas que têm levado jovens cada vez mais cedo ao mercado de trabalho;
- A falta de motivação dos alunos, provocada pela forma como as atividades eram desenvolvidas nas aulas;
- A não veracidade de alguns atestados de dispensa de trabalho;
- A não veracidade de alguns atestados de dispensa médica;

- O fato das aulas serem ministradas fora do horário regular das outras aulas.

O autor conclui que essa situação deve-se ao fato de que grande parte dos alunos não se sente estimulados a frequentar as aulas de educação física devido uma falta de um planejamento de aula que inclua atividades mais prazerosas e compatíveis com suas idades

O que cada professor deve buscar para que a Educação Física volte a assumir o seu papel na escola é, por exemplo, reconstruir elementos de nossa cultura e com base nesta, dar oportunidade para que os alunos tenham o maior número de experiências possíveis de forma que as mesmas sejam significativas. Mas vale a pena lembrar que essas experiências podem ser relacionadas com a realidade social cada um, assim podendo analisar criticamente todas as ações que eles realizem.

Portanto cabe a cada profissional buscar que a Educação Física assuma os seus devidos papéis, como por exemplo:

“(...) desenvolver, criticamente, uma consciência corporal, um entendimento do que é o corpo, de como este corpo, ao lado da história, foi tratado pelas diferentes civilizações, uma vez que é através dele que se objetiva o movimento, movimento este que expressa toda a amplitude humana” (SOARES, 1990).

Toda essa situação nos mostra a precariedade em que se encontra a Educação Física escolar.

“Entendemos que a precária, para não dizer caótica condição da Educação Física no quadro geral da Educação, resulta de uma ausência de reflexões e de justificativas convincentes de sua validade

pedagógica, bem como de clareza em relação aos objetivos que persegue” (SOARES, 1986).

Cabe a nós profissionais da área buscarmos soluções para que toda essa situação possa ser alterada o mais breve possível. O que não podemos fazer é nos acomodarmos com a situação atual só pelo fato de talvez ser mais cômodo. Mas será que estamos dispostos a lutar pela melhoria da Educação Física nas escolas? Porque então, como sabemos, existem vários profissionais que vivem situações da precariedade em seu dia-a-dia, mas não fazem nada para que ocorra uma mudança?

Falaremos agora um pouco sobre a questão da Educação Física e do mercado. Quando falamos em mercado logicamente vem à nossa mente a palavra *mídia*. Temos percebido nesses últimos anos uma grande mudança no mercado da Educação Física. A busca por alguma atividade física vem se tornando cada dia maior. Com isso podemos perceber também que está ocorrendo uma mudança no “mercado” da Educação Física escolar. Cada vez mais estão surgindo convênios que as escolas estão fazendo com as academias. Mas o que podemos perceber, é que muitas vezes as escolas tem se utilizado das academias para fazerem propaganda de seu serviço, e assim estarei atraindo seus futuros alunos. Com certeza não existiriam tantas escolas oferecendo esse tipo de prestação de serviço se não fosse uma atividade rentável para as mesmas. Será que elas pensam no conteúdo que estão deixando de oferecer aos seus alunos ou simplesmente está pensando em seus próprios interesses?

3.2) A Educação Física Escolar e estudos de casos

A seguir será apresentado o relato de algumas impressões sobre as visitas que foram realizadas em academias e em escolas no horário das aulas de Educação Física.

As visitas foram feitas em escolas e em academias da cidade de Campinas. Foram visitadas três escolas particulares, do Ensino Fundamental e Médio. Segue abaixo algumas observações realizadas e alguns dados coletados durante as visitas.

Escolas que possuem convênios com alguma instituição:

I) A Escola "A": Essa escola estabeleceu convênio com cinco diferentes academias. Os alunos devem comparecer ao menos uma vez por semana, para realizarem as atividades. Eles podem optar por fazer aulas de ginástica ou também musculação.

II) A Escola "B": Mantém convênio com uma academia apenas. Os alunos são avaliados de acordo com a presença. Contudo se o aluno praticar algum tipo de esporte fora da escola (digo, se já o praticarem em algum estabelecimento de livre vontade), é facultada dispensa das aulas de Educação Física, quando ocorrerem fora do horário normal de aulas. Nesse caso, o responsável pelo aluno deverá, no início de cada ano letivo, requerer ao diretor da escola a dispensa, anexando ao pedido declaração expedida pelo clube, academia ou federação esportiva feita em papel timbrado, contendo nome da entidade, endereço completo. Outro caso de dispensa das aulas de Educação Física ocorre com alunos com impossibilidade física, mesmo no ensino fundamental, ainda que temporária, para a prática esportiva. Nesse caso, o responsável pelo aluno deverá requerer ao diretor dispensa das aulas, anexando atestado médico. A escola dispensa automaticamente os alunos que freqüentem os cursos noturnos.

III) A Escola "C": Mantém convênio com uma academia que se localiza próxima à escola. Os conteúdos das aulas realizados na academia são os esportes coletivos. Se o aluno quiser optar por alguma outra atividade como, por exemplo, natação ou ginástica, ele deverá pagar à parte por elas. O aluno é avaliado pela freqüência nas aulas, e se o mesmo já realizar algum tipo de esporte em algum outro local, ele poderá mediante a apresentação de um atestado ser dispensado das aulas.

Em todos os casos acima, o objetivo das aulas é determinado pela academia, mas é a escola que determina quantas vezes por semana é necessário que o aluno freqüente as aulas para poder ser aprovado. Os professores responsáveis são os próprios que trabalham nas academias.

Escolas que não possuem convênios com outra instituição:

I) A Escola "D": As aulas de Educação Física são realizadas em uma quadra completamente cheia de burracos, com uma tabela de basquete quebrada, e sem nenhuma delimitação na quadra das medidas. Aproximadamente um terço dos alunos fica sentado na arquibancada ou conversando ou fazendo atividades de outras disciplinas. Os poucos alunos que realizam as aulas, na maioria das vezes não estão com vestimentas adequadas, como, por exemplo, usando sandálias ou caça jeans. Os alunos não são motivados pelo professor para realizar as aulas, a única coisa que o mesmo diz é que se não participarem das aulas ficarão com faltas.

Mas nem tudo está perdido...

II) A Escola "E": As aulas são previamente programadas com conteúdos diversificados ao longo do ano letivo. Os alunos são orientados quanto à roupa que devem utilizar durante as aulas para um melhor aproveitamento da mesma e também para não colocarem a sua saúde em risco. Posso dizer que 100% dos alunos participam das aulas. Existem dias em que o aluno se encontra impossibilitado de fazer a aula por algum motivo, mas mesmo assim participa auxiliando o professor com alguma atividade ligada à aula. Os alunos são interessados em participar da aula e quando alguma situação não ocorre da forma como esperavam conversam sobre o ocorrido tentando chegar aos motivos que levaram ao não sucesso.

Considerações Finais

No decorrer da elaboração desse trabalho muitos questionamentos vieram à minha mente. Qual é a função da escola com relação às aulas de Educação Física? É correto as mesmas delegarem a responsabilidade dessas aulas a empresas terceirizadas? Por que os alunos e/ou seus responsáveis não questionam essa problemática ao invés de optarem por ela?

Os alunos estão sendo visivelmente prejudicados por não aprenderem outros conteúdos da Educação Física, uma vez que a única atividade que são obrigados a fazer busca somente a aptidão física e também a saúde. Sabemos que em uma certa época da história da Educação Física, como citado no capítulo 1, as pessoas também praticavam atividades físicas com o intuito de terem seus corpos saudáveis, e fortes para que pudessem desempenhar os seus trabalhos.

Muitas dessas escolas que têm a sua Educação Física terceirizada, a utilizam como marketing para a sua escola, prejudicando assim os seus próprios alunos, pois os mesmos ficam limitados a uma determinada prática corporal, não podendo fazer uso de tantas outras.

Mas ao mesmo tempo questiono: Por que tantas escolas têm tomado essas medidas? E ainda mais, por que tantos alunos, os maiores interessados, não questionam tal atitude? Diante de tantos fatos, tantas situações presenciadas fico pensando onde vai para a nossa Educação Física pela qual temos lutando tanto tempo. Será que tantos anos de lutas e de dedicação por um reconhecimento foram em vão? Até que ponto temos que chegar para que as devidas providências sejam tomadas?

Mas apesar de tudo acredito que se cada um de nós se empenhar em fazer um pouco, por menos que seja para mudar essa situação, podemos encontrar uma Educação Física mais justa. Sabemos que não é uma tarefa fácil mudar algo que vem se tornando rotina em alguns casos, mas acredito que cada um deve perseguir o sonho de vermos um futuro sem barreiras e sem tantos problemas para a nossa Educação Física.

“(…) A esperança é um condimento indispensável à experiência histórica. Sem ela, não haveria História, mas puro determinismo” (FREIRE, 1996).

Referências Bibliográficas

- BETTI, Mauro. *Educação Física e Sociedade*. São Paulo: Editora Movimento. 1991
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n.9394/96, de 20/12/1997.
- CASTELLANI FILHO, L. *Pelos meandros da Educação Física*. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, p. 119-125, maio, 1993.
- CASTELLANI FILHO, Lino. *Política educacional e educação física*. Campinas: Autores Associados, 1998
- DAOLIO, Jocimar. *Da cultura do corpo*. Campinas: Editora Papyrus. 1995
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996
- GALLARDO, J. S. P. (Coord.) *Educação Física: Contribuições à formação profissional*. 2ª ed.. Ijuí. Ed. UNIJUÍ, 1997.
- GUIRALDELLI, P J. *Educação Física progressista: a pedagogia crítico-social dos conteúdos e a educação física brasileira*. São Paulo: Edições Loyola. 1991.
- MOREIRA, Wagner.[et al.] *Educação Física e esporte: perspectivas para o século XXI*. Campinas: Editora Papyrus. 1993.
- SOARES, C. L. Educação Física Escolar: Conhecimento e Especificidade. Revista Paulista de Educação Física, São Paulo, supl. 2, p. 6-12, 1996
- SOUSA, Eustáquia Salvadora de, VAGO, Tarcísio Mauro. A Nova LDB: repercussões no ensino da Educação Física. *Revista Presença Pedagógica*, v.3, n.16,p.19-29, jul./ago. 1997

TAFFAREL, C. N. Z. Os Parâmetros Curriculares Nacionais. In: CBCE (Org.). Educação Física Escolar frente à LDB e aos PCNs: profissionais analisam renovações, modismos e interesses. Ijuí: Sedigraf, 1997.